

### ATA 335

1  
2 Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às quatorze horas, realizou-se a reunião  
3 extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua sede na Rua  
4 Joaquim Nabuco nº 59 e virtualmente através do aplicativo google meet sob a convocação de sua  
5 presidente Mônica Mongruel. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares**  
6 **governamentais:** Sandra Regina W. Cisco, Monica Mongruel e Thais do Prado Dias Verillo  
7 (Fundação Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG); Lígia Cristina Souza França  
8 (Secretaria Municipal de Esportes); Leni Aparecida Viana da Rocha (Secretaria Municipal de  
9 Educação); Rosangela Caldeira Legat (Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação  
10 Profissional). **Os conselheiros titulares não governamentais:** João Eliseu Montes (Entidades de  
11 Alta Complexidade); Inês Chuy Lopes (Entidade de Média Complexidade); Regina Rosa Pedrozo  
12 Rosa (trabalhadores da área). **Os conselheiros governamentais suplentes:** Lucília do Rocio Lopes  
13 Andrade, Tatyana Denise Belo e Karina Teresinha Muehlbauer (FASPG). **Os conselheiros não**  
14 **governamentais suplentes:** Márcia Fidelis (Entidade de Média Complexidade). A Secretária  
15 Executiva Carla Bühner Salles Rosa e a agente administrativa Maria Aparecida da Silva. Esteve  
16 presente a Assistente Social Caroline Stocco e Liz Elaine Soweck (Fundação Municipal de Saúde) e  
17 Assistente Social Viviane Orlowski (Fundação Municipal de Assistência Social de Ponta  
18 Grossa/FASPG). Justificaram a ausência as conselheiras: Maira Martins de Hollebem (Secretaria  
19 Municipal de Cidadania e Segurança Pública). A reunião contou com a seguinte pauta: 1- Apreciação  
20 e aprovação da pauta; 2- Aprovação das atas nº 334; 3 - Repasse da agenda de visitas aos CRAS  
21 em continuidade ao processo de monitoramento conjunto da rede socioassistencial CMAS e SEJUF;  
22 4 - Relatório da movimentação financeira do Fundo Municipal de Assistência Social de outubro de  
23 2020. 5 - Informes do Departamento de Proteção Social Básica sobre o ofício nº 35/2020 da SEJUF  
24 elencando o município de Ponta Grossa como prioritário de 2020 em decorrência de ter apresentado  
25 baixos índices na gestão do Programa Bolsa Família-PBF; 6- Informes da Comissão de  
26 Documentação e Inscrição de Entidades sobre a solicitação de inscrição do Serviço de Acolhimento  
27 em República da Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção/Comunidade Terapêutica Rosa Mística;  
28 7- Encaminhamentos para a Comissão de Organização do Processo Eleitoral, gestão 2021/2023; 8  
29 - Informes Gerais. A presidente Mônica Mongruel iniciou a reunião, cumprimentou a todos e colocou  
30 a pauta em apreciação, a conselheira Thais solicitou inclusão de pauta para passar informe sobre o  
31 gasto do recurso do Covid-19 (Portaria 369). Foi aprovada. Na sequência, foi colocada em  
32 apreciação a ata nº 334. Aprovada. A presidente Mônica lembra que na reunião passada foi indagado  
33 sobre recesso das entidades e foi esclarecido mais uma vez que os serviços são ininterruptos, e  
34 sugere que seja feito um documento informando a todos, pois as entidades não podem fechar com  
35 risco de corte de recurso. Que seja feito uma comunicação as instituições pelo município, lembrando  
36 do que foi assinado. Conselheira Sandra informa que a comissão de monitoramento fez uma  
37 orientação e enviou para todas as entidades. Conselheira Márcia ressalta a importância desse ofício,  
38 para que fique bem claro aos presidentes de instituição das penalidades que as entidades podem  
39 sofrer. Colocado em votação, a maioria decidiu por solicitar a gestão para fazer um ofício lembrando  
40 as instituições sobre o não fechamento das entidades. Próximo item da pauta 3- Repasse da agenda  
41 de visitas aos CRAS em continuidade ao processo de monitoramento conjunto da rede  
42 socioassistencial CMAS e SEJUF, a secretária Carla comenta que na reunião com o escritório da  
43 SEJUF ficou decidido sobre o monitoramento iniciar em janeiro, a Vandete mandou uma proposta de  
44 cronograma dessas visitas a partir do dia 18/01 às 09:30, todos os dias no mesmo horário e cada dia  
45 um CRAS, encerrando no dia 12 de Fevereiro, serão 3 semanas no máximo e três dias por semana.  
46 Será enviado esse cronograma no e-mail e no grupo por ser importantíssimo que os conselheiros  
47 participem presencialmente dessas visitas. Devido às dificuldades por ser um mês de férias do

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

48 pessoal e pelo prognóstico negativo relativo a Covid-19 fica decidido que a secretária Carla vai  
49 passar no grupo o cronograma e conforme a disponibilidade de cada conselheiro vão preenchendo  
50 seus nomes para participação nas referidas visitas. Próximo item da pauta seria o item 4, contudo a  
51 secretária Carla pede para discutir o item 5 antes em respeito as visitas da Fundação Municipal de  
52 Saúde para que elas fiquem liberadas. Informes do Departamento de Proteção Social Básica sobre  
53 o ofício nº 35/2020 da SEJUF elencando o município de Ponta Grossa como prioritário de 2020 em  
54 decorrência de ter apresentado baixos índices na gestão do Programa Bolsa Família-PBF. A  
55 secretaria Carla explica que o SEJUF fez um levantamento no Brasil inteiro e que o município de  
56 Ponta Grossa foi elencado como muito abaixo do esperado no atendimento tanto das  
57 condicionalidades, quanto do cadastramento e foi discutido com DPSB, que questiona a metodologia  
58 utilizada, e essa reunião é para discutir como está o posicionamento disso. Passa a palavra para a  
59 conselheira Tatyana e assistente social Viviane que comentam esse assunto. Conselheira Tatyana  
60 relata que foi enviado esse ofício para o escritório regional do SEJUF questionado qual critério foi  
61 usado, e explica que executaram todos os recursos em 2020, foram respeitadas todas as portarias  
62 nacionais, condicionalidades, a taxa de acompanhamento cadastral, entre outros e foram enviados  
63 solicitando mais explicações e esclarecimentos, visto que não ficou claro o motivo do município ter  
64 sido notificado como município prioritário. Passa a palavra para a Viviane que a Chefe da Divisão da  
65 Gestão de Benefícios, que explica a situação atual de todas as ações que feitas no município,  
66 relatando que mesmo com a pandemia mantiveram o atendimento do Cadastro Único, mesmo que  
67 com alguns ajustes, principalmente no cuidado com os servidores, como agendamento dos  
68 atendimentos e uso de EPI's, a mesma explicou que com a liberação do auxílio emergencial, os  
69 beneficiários do Bolsa Família migraram para esse auxílio, não necessitando atualização do  
70 CadÚnico; e que os demais atendimentos foram realizados normalmente, como inclusão e  
71 atualização. Ressaltou que foi emitida também uma portaria que promovia o atendimento remoto,  
72 por telefone, whatsapp ou e-mail, no entanto como o departamento não parou com os atendimentos  
73 presenciais o cadastro único realizado normalmente. Portanto, a taxa de atualização se manteve,  
74 por isso a estranheza do ofício emitido dizendo o contrário, assim foi solicitado mais informações  
75 quanto os critérios utilizados visto a vivência em um ano de pandemia. Em relação as  
76 condicionalidades, veio só uma listagem no início do ano, antes da pandemia, posterior não houve  
77 mais, em virtude da suspensão das aulas. Conselheira Leni informa que será realizada uma reunião  
78 também na SME para poder responder o relatório e que da parte da educação que o trabalho  
79 continuou, com um trabalho diferenciado como atividades remotas, visitas domiciliares, entre outros.  
80 Passa a palavra para a assistente social Carolyn que explica que para a saúde impactou bastante,  
81 porque praticamente todo o atendimento ficou voltado para a Covid-19, as visitas domiciliares  
82 também ficaram suspensas, apenas as que realmente eram urgentes e necessárias, até para não  
83 expor o profissional. O ano anterior também não haviam atingido completamente a meta, mas nesse  
84 ano em virtude de não realizar a pesagem, acabou impactando nos indicadores da saúde.  
85 Conselheira Tatyana coloca que é importante os conselheiros entenderem que o acompanhamento  
86 pela saúde é a cada seis meses e o registro feito em um sistema próprio da saúde, tanto a saúde,  
87 quanto a educação e a assistência tem seus sistemas próprios e durante esses meses de pandemia  
88 o sistema da assistência estava suspenso para inclusão de registro e por isso o questionamento de  
89 como pode ter saído baixa as taxas de acompanhamento famílias e das condicionalidades se os  
90 registros no sistema estavam suspensos. A assistente social Carolyn da saúde informa que no caso  
91 deles o sistema não deixou de funcionar, apenas apresenta lentidão no sistema, trazendo atrasos no  
92 lançamento de dados. Conselheira Tatyana informa que a mesma situação acontece assistência,  
93 todos que trabalham com o sistema da rede SUAS tem uma instabilidade muito grande,  
94 principalmente com relação ao CadÚnico. A assistente social Viviane complementa que por sugestão

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

95 da secretaria Carla foram encaminhados comparativos com os anos anteriores, para demonstrar os  
96 atendimentos que realizados mesmo em 2020 são bem expressivos. A assistente social Liz destacou  
97 que este ano foi completamente atípico e foi priorizado nas unidades de saúde o atendimento de  
98 sintomáticos respiratórios. Depois da resposta desse questionamento, em janeiro ou fevereiro pode-  
99 se traçar uma meta de como melhorar esses números. A presidente Mônica diz que o documento  
100 que foi encaminhado pela Tatyana explica bem e fala da necessidade de mobilizar uma Comissão  
101 Municipal Intersetorial. Não havendo mais nenhuma dúvida e nem colocação sobre o assunto, ficam  
102 todos cientes. Secretária Carla agradece a participação da Carolyn, Liz Elaine e Viviane. Próximo  
103 item da pauta 4 - Relatório da movimentação financeira do Fundo Municipal de Assistência Social de  
104 outubro de 2020. Conforme segue:

**RELATÓRIO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FMAS DE OUTUBRO 2020 RECURSOS FEDERAIS**

Piso	Fonte	Saldo Inicial	Valor Recebido no Período	Empenhos Pagos no Período	Empenhos Emitidos no Período	Valor de Empenhos a Pagar	Saldo Final
IGD/PBF	833	R\$ 554.801,39	R\$ 47.645,20	R\$ 139.494,30	R\$ 232.582,83	R\$ 427.372,79	R\$ 35.572,96
Manutenção de veículos – R\$ 4.386,44; Serviço de impressão – R\$ 20.513,52; Material de limpeza e higiene – R\$ 29.882,87 Aquisição de Veículo – R\$ 177.800,00							
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	920	R\$ 2.722.806,81	R\$ 66.244,47	R\$ 127.826,83	R\$ 195.150,20	R\$ 405.752,16	R\$ 2.250.894,58
Dedetização – R\$ 24.646,44; Utensílios de cozinha – R\$ 17.775,70; Divisórias - R\$ 19.869,60; Uniformes – R\$ 6.486,09; Genêros alimentícios – R\$ 8.860,50; Equipamentos de escritório – R\$ 16.376,10; Manutenção predial – R\$ 90.273,81; Descartáveis – R\$ 10.861,96							
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	826 887	R\$ 1.311.801,07	R\$ 66.371,16	R\$ 83.419,25 + R\$ 4.049,41 (Retenção)	R\$ 105.690,48	R\$ 12.113,15	R\$ 675.079,56
Coffe Break – R\$ 801,30; Material Gráfico – R\$ 13.986,48; Kit de Higiêne – R\$ 4.350,00 Genêros alimentícios – R\$ 20.803,56; Dedetização – R\$ 2.247,00; Gás – R\$ 4.785,60; Uniformes – R\$ 5.203,06; Material de higiene e limpeza – R\$ 28.123,23; Locação de Imóvel – R\$15.572,96; Segurança patrimonial – R\$ 9.817,29							
IGD/SUAS	904	R\$ 36.589,90	R\$ 0,0	R\$ 430,97	R\$ 0,0	R\$ 550,03	R\$ 35.605,72
PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO	911	R\$ 246.536,35	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 30.000,00	R\$ 216.536,02
PROGRAMA BPC NA ESCOLA	914	R\$ 12.857,72	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 12.845,10
PETI	935	R\$ 127.381,14	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 127.394,92
APRIMORA REDE	940	R\$ 2.509,34	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 2.506,87
Emenda Parlamentar	c.c 112911-2	R\$ 150.016,14	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 150.004,42
Emenda Parlamentar	c.c 115082-0	R\$ 50.012,24	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 50.008,33



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

Recurso Portaria 369/Enfrentamento COVID/ Resol. CMAS 2/2020/EPIs	1061 c.c. 114644-0	R\$ 95.664,45	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 3.150,00	R\$ 92.524,80
EPI's – R\$ 3.150,00							
Recurso Portaria 369/Enfrentamento ao COVID/ Resolução CMAS 12/2020/Alimentos	1061 c.c. 114643-2	R\$ 564.236,80	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 299.999,20	R\$ 264.298,65
Genêros Alimentícios – R\$ 299.999,20							
Recurso Portaria 369/Enfrentamento ao COVID/ Resolução CMAS 12/2020/Ações Socioassistenciais/ Acolhimento	1061 c.c. 114642-4	R\$ 1.804.020,39	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 71.914,93	R\$ 1.732.300,63
Uniformes – R\$ 12.545,05; Termômetro – R\$ 3.959,00; Utensílios para cama – R\$ 29.315,00; Totem dispenser álcool gel – R\$ 13.759,20; Descartáveis – R\$ 834,66							
	1054	R\$ 376.047,81				R\$ 0,0	R\$ 375.678,70
Emenda Parlamentar	983	R\$ 103.597,39	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 103.495,70

**RELATÓRIO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FMAS DE OUTUBRO 2020 – RECURSOS ESTADUAIS**

Piso	Fonte	Saldo Inicial	Valor Recebido no Período	Pago no Período	Empenhos Emitidos no Período	Valor de Empenhos a Pagar	Saldo Final/
<b>RESIDENCIA INCLUSIVA</b>	921	R\$ 124.656,43	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 124.666,17
<b>PPAS II – CENTRO POP</b>	961	R\$ 103.739,26	R\$ 0,0	R\$ 4.632,83 + R\$ 558,16 (Retenção)	R\$ 0,0	R\$ 10.932,32	R\$ 87.623,84
<b>PPAS IV - ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESC.</b>	962	R\$ 233.292,40	R\$ 0,0	R\$ 7.723,53	R\$ 34.381,38	R\$ 55.858,28	R\$ 169.728,42
Utensílios de cozinha – R\$ 8.975,64 ; Locação de Imóveis – R\$ 18.000,00 ; Monitoramento e Vigilância – R\$ 5.920,00; Manutenção predial – R\$ 1.485,74							
<b>PPAS V ACOLHIMENTO PARA ADULTOS E FAMÍLIAS</b>	965	R\$ 31.357,62	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 31.360,07
<b>SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL</b>	966	R\$ 56.324,91	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 39.500,00	R\$ 16.829,31

<b>INCENTIVO ADEÇÃO ESPONTÂNEA PSB</b>	991	R\$ 4.506,42	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 4.506,77
<b>PPAS ACOLHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA</b>	967	R\$ 31.644,01	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 31.646,48
<b>INCENTIVO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA II Deliberação CEAS Nº12/2018 Resolução CMAS/04/2018</b>	990	R\$ 247.429,87	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 138.000,00	R\$ 109.449,21
	? c.c 112284-3	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0
	? c.c 112285-1	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0
<b>ACOLHIMENTO MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA Resolução CMAS/22/2019</b>	1053 c.c 112487-0	R\$ 45.658,07	R\$ 0,00	R\$ 0,0	R\$ 19.050,36	R\$ 23.299,01	R\$ 22.362,63
Utensílios de cozinha – R\$ 8.847,78; Manutenção predial – R\$ 10.202,58							
<b>BENEFÍCIO EVENTUAL COVID 19 Resolução CMAS/07/2020</b>	1059 c.c 114426-x	R\$ 115.128,75	R\$ 0,0	R\$ 70.410,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 44.725,46

105 Conselheira Thais aproveita o assunto sobre prestação de contas e apresenta informações  
 106 atualizadas quanto aos gastos do recurso da Portaria 369/2020, referente aos recursos exclusivos  
 107 para ações de combate à Covid-19, informa o andamento de diversos produtos que licitados,  
 108 produtos de higiene e alimentícios que estão chegando e sendo entregues. Carla continua a  
 109 prestação de contas dos recursos estaduais. Passa a palavra para a Karina que faz algumas  
 110 considerações, informando que de forma geral todos os processos estão encaminhados, que o  
 111 Ministério Melhor Viver está em fase de elaboração do termo, possivelmente a transferência poderá  
 112 ser feita ainda em dezembro. O aditivo da Casa da Acolhida está em trâmite de ciência. Quanto a  
 113 Residência Inclusiva coloca que a AAPNENSEL quer pagar seguros e plotagem do automóvel com  
 114 o valor de R\$ 12.000,00. A conselheira coloca para deliberação da plenária quanto a autorização,  
 115 ressalta que na reunião em que foram aprovados os planos, foi informado que poderia ser apenas  
 116 no carro que foi adquirido com esse mesmo recurso. Caso seja decidido fazer o seguro para os dois,  
 117 um ou talvez nenhum dos carros, a entidade solicita transferir esse valor para gêneros alimentícios.  
 118 Adianta também que é extremamente complexo e que durante este ano foram feitas muitas  
 119 inexigibilidades. Sugeriu para o Conselho que em 2021 haja uma regulamentação quanto aos prazos,  
 120 pois em algumas ocasiões vem faltando documentação, ou algumas são lançadas com rubrica  
 121 errada, deu exemplo de uma das instituições foi solicitado para fazer a inserção no STVM no dia 03  
 122 de dezembro e até a presente data não foi feito. Por isso é necessário definir prazos, acredita que  
 123 deveria ser aberto em cada semestre um rol de inexigibilidades, devido a dificuldade de juntar e  
 124 verificar essa documentação, que é extremamente moroso e difícil. Quanto as Residências Inclusivas

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

125 estão nessa fase de inserções no STVM, porque houveram muitas dificuldades nesse processo. Em  
126 relação a verba 962 que é dos abrigos, relata que tirou um relatório geral do ano e que em 2020  
127 conseguiram empenhar mais de R\$ 190.000,00. Essa é uma verba que parece sempre estar com  
128 bastante dinheiro e parece que não tem sido executada, mas é uma verba que sempre tem vindo e  
129 esse ano de janeiro até agora foram empenhados cerca de R\$ 198.000,00. Conselheira Thais  
130 argumenta que como foi autorizado a compra de um carro o valor não poderia ser para outro fim.  
131 Conselheira Karina fala que o objeto é a qualificação da oferta do acolhimento, o seguro é algo  
132 vantajoso para a instituição, mas não qualifica diretamente a oferta do atendimento, nesse aspecto  
133 é um pouco divergente, entretanto o plano da APEDEF foi aprovado e a alegação é que eles  
134 ganharam esse outro veículo e é por isso que queriam fazer o seguro desse segundo veículo  
135 também. Conselheira Sandra considera que deve ser apenas para o carro que foi comprado com o  
136 recurso, todos os outros conselheiros seguem a proposta da Thais e o conselheiro João sugere que  
137 o que eles gastariam com alimentos usem para o seguro do outro carro. Na sequência os informes  
138 da Comissão de Documentação e Inscrição de Entidades, sobre a solicitação da inscrição do serviço  
139 de acolhimento em República da Pia União das Irmãs da Copiosa Redenção a Comunidade  
140 Terapêutica Rosa Mística. Passa a palavra para a Lucília. Informa que a comissão fez a verificação  
141 da documentação, foi agendada uma visita, em um primeiro momento apenas a secretaria Carla e  
142 conselheira Lucília, a fim de verificar o funcionamento da entidade e se havia acolhimento neste  
143 momento. Agora o processo todo com base na Resolução do CMAS nº 16 que regulamenta todo o  
144 processo de inscrição é fazer a verificação do serviço que deve estar de acordo com a tipificação.  
145 Dentro da documentação há alguns itens específicos que precisam ser conversados coma entidade,  
146 com referência ao serviço em conformidade com a tipificação. Foi observadas divergências com ao  
147 Recursos Humanos, não especifica a equipe para o serviço. Todas essas questões ficarão para um  
148 próximo momento com a comissão. Mas dentro do prazo de 90 dias que o conselho tem, será dado  
149 seguimento a essa análise. Nesse momento é apenas informe a fim do conselho saber como está  
150 esse processo de análise. Secretaria Carla esclarece uma questão que percebeu durante a visita  
151 que precisa ficar bem claro com a equipe técnica da entidade é o fluxo, porque princípio eles  
152 montaram essa República e é exclusiva para pessoas que terminaram o trabalho na Comunidade  
153 Terapêutica Rosa Mística, a questão é se serão exclusivas para aquelas pessoas, ou será aberto  
154 para toda a Comunidade, são apenas 06 vagas. O conselho não pode ter registrado um serviço que  
155 não seja aberto a toda rede. Conselheiro João coloca que conhece um pouco do trabalho da Rosa  
156 Mística e que é um trabalho com um excelente índice que recuperação, contudo se for um pessoa  
157 em situação de rua por exemplo, ela vai precisar desse apoio da república para reinserção e que vai  
158 ser um ganho como um todo. Nessa república vai ter esse apoio psicológico e ajuda para retornar  
159 ao mercado de trabalho. A presidente Mônica coloca que eles podem não ter pessoas saindo todo  
160 mês e que se ofertarem pelo menos uma vaga já seria o suficiente. Conselheira Lucília coloca que a  
161 principal preocupação é de que a entidade ofereça um serviço tipificado. Próximo item da pauta e  
162 encaminhamentos para a Comissão de Organização do Processo Eleitoral, gestão 2021/2023. A  
163 comissão eleitoral está composta pela Monica, Marcia, Thais e Paulo, questiona se os membros  
164 querem continuar, ou alguém sair ou entrar na comissão. Conselheira Marcia informa que está com  
165 muitas funções e por isso não poderá se candidatar, sendo assim permanecerá na comissão.  
166 Conselheira Sandra coloca a situação do conselheiro Paulo devido a pandemia não tem participado  
167 e seria necessário substituir. Conselheira Tatyana se dispõe a participar da comissão. Fica composta  
168 a comissão pelos conselheiros Monica, Thais, Marcia e Tatyana. O mandato dos conselheiros  
169 termina dia 30 de março, sendo assim até no máximo 10 de março deve ser realizada a eleição com  
170 ou sem pandemia. A data a princípio as inscrições poderiam ser feitas online, nos CRAS para  
171 usuários e deixar urna nos CRAS por alguns dias, e quanto entidades e trabalhadores os votos  
172 podem ser online. É um processo de divulgação mais lento e longo, assim sendo poderíamos realizar  
173 uma reunião de comissão já no início de janeiro. Os conselheiros levantaram diversas possibilidades,  
174 como contratação de empresa para realizar online, empréstimo de urnas para realização presencial,  
175 levantando seus prós e contras. A presidente informa que todas as opções serão discutidas na  
176 comissão. Por último passamos o calendário, as reuniões continuam acontecendo na última quinta  
177 de cada mês e foi acrescentado a eleição e posse dos conselheiros na plenária de março. Contudo  
178 havendo necessidade o calendário pode ser alterado a qualquer momento. Antes de encerrar a



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

179 secretária Carla se despede de todos, devido ao seu afastamento por pedido de licença. A presidente  
180 Mônica faz uma fala ressaltando a importância de todo o trabalho da Carla ao longo dos anos e o  
181 legado de competência e comprometimento que ela está deixando para todos. Esgotados os  
182 assuntos da pauta, presidente Monica Mongruel encerrou a reunião agradecendo a presença de  
183 todos. Esta ata foi transcrita pela agente social Maria Aparecida da Silva e revista pela conselheira  
184 Thais, após aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.

185 Carla Bühner Salles Rosa \_\_\_\_\_

186 CPF 445205739- 04

187 Monica Mongruel \_\_\_\_\_

188 CPF: 787.741.959-72

189 Sandra Regina W. Cisco \_\_\_\_\_

190 CPF: 726.394.589-49

191 Thais do Prado Dias Verillo \_\_\_\_\_

192 CPF:042 454 089 44

193 Karina Teresinha Muehlbauer \_\_\_\_\_

194 CPF: 039.183.429-05

195 Ligia Cristina Souza França \_\_\_\_\_

196 CPF: 700847859-34

197 Leni Aparecida Viana da Rocha \_\_\_\_\_

198 CPF: 319.665.009-04

199 Rosangela Caldeira Legat \_\_\_\_\_

200 CPF: CPF: 396.549.909-20

201 Tatyana Denise Belo \_\_\_\_\_

202 CPF: 052.293.819-14

203 Lucília do Rocio Lopes Andrade \_\_\_\_\_

204 CPF: 741 811 819-87

205 João Eliseu Montes \_\_\_\_\_

206 CPF: 465.393.449-53

207 Inês Chuy Lopes \_\_\_\_\_

208 CPF: 709.394.549-04

209 Regina Rosa Pedrozo Rosa \_\_\_\_\_

210 CPF: 801.358.209-44

211 Marcia Fidelis \_\_\_\_\_

212 CPF: 473.586.379-68